

(AO)À EXCELENTÍSSIM(O)A SR.(A). PREGOEIR(O) A DO MUNICÍPIO DE NOVA FRUBURGO / RJ

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2352/2022

A empresa **IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A**, com sede no em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, Rua Dr. Sabino Arias, nº 187, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 33.255.787/0001-91, com escritório central na cidade do Rio de Janeiro, a Rua Lauro Muller, nº 116, 10 º andar, Torre do Rio Sul, endereço eletrônico do signatário: licitações@ibf.com.br, **vem, tempestivamente, em consonância com a Lei 8.666/93, Art. 3º, § 1º e a Lei 10.520/02, Art. 3º Inciso II, oferecer a presente:**

IMPUGNAÇÃO

Aos termos do Edital em referência, o que faz na conformidade seguinte:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsão expressa no Edital, o prazo estipulado para a interposição de IMPUGNAÇÃO e de PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS PARA LICITANTE é de **ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA DESIGNADA PARA A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

Na medida em que a abertura da Sessão Pública está marcada para o dia **05 de outubro de 2023**, a presente IMPUGNAÇÃO se mostra **TEMPESTIVA.**

II – DOS FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico para **“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADE, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.”.**

Ao verificar as exigências técnicas do Edital, esta Impugnante apresenta os seguintes argumentos com finalidade de **INCLUSÃO DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E RETIFICAÇÃO DE VALOR DO RECURSO PARA AQUISIÇÃO DO APARELHO** e assim possa viabilizar sua participação, bem como de demais fornecedores aptos ao fornecimento do Objeto, e, **consequentemente, proporcionar maior competitividade entre os fornecedores e melhor aquisição para a estimada instituição.**

A instituição solicita no Anexo I, Termo de Referência, Item 01: **“DIGITALIZADOR PARA RADIOGRAFIA COMPUTADORIZADA (CR).**

A) ACESSÓRIO CASSETE

Ocorre que, ao efetuarmos a leitura da especificação técnica do equipamento, não são mencionadas as quantidades do acessório **CASSETE**, nem sua especialidade (se para raios-x ou mamografia) e nem mesmo seus formatos (18x24, 24x30, por exemplo).

Essas informações são fundamentais para a determinação do aparelho a ser ofertado e desenvolvimento de custos pela empresa.

B) FORNECIMENTO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO

Solicitamos exclusão deste equipamento do texto no Digitalizador, uma vez que este produto não possui nenhuma correlação com o fornecimento do CR. Deverá ser inserido novo item ao processo para inclusão deste produto.

Trata-se de um equipamento que deverá ser fornecido por empresa especializada nessa comercialização, pois necessitará de instalação, manutenção preventiva e corretiva, dentre outras particularidades.

C) VALOR DESTINADO À AQUISIÇÃO

Além dos mencionados, por ser um equipamento **MULTICASSETE**, o valor destinado à aquisição deste item está muito abaixo dos praticados no mercado pelos próprios fabricantes (R\$ 101.430,00), consideramos de certa forma inexecutável. Desta forma há impedimento de participação por nossa empresa e certamente de outros fornecedores do mercado nacional e internacional, aos quais deixarão de ofertar produtos renomados, que poderiam atender na plenitude a necessidade da Instituição.

Este valor de aquisição seria condizente a um **DIGITALIZADOR MONOCASSETE** - com configuração básica, inclusive, **mas não MULTICASSETE**. Sendo assim, lamentavelmente, o supramencionado processo tenderá ao fracasso.

D) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA RAIOS-X E MAMOGRAFIA

Neste quesito acreditamos ter ocorrido algum lapso ao desenvolvimento do descritivo, pois o Hospital Raul Sertã não pratica exames de mamografia. Esta gama de exames são executados por terceirizados.

Diante de todo o exposto, e trazendo a luz os Princípios da Economicidade, Da Eficiência da Administração Pública, Da Razoabilidade, solicitaram que seja refeita a Estimativa de Preço para este Item, caso a necessidade seja realmente de se adquirir um equipamento MULTICASSETE, além da informação quanto ao acessório cassete.

III - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

“LEI 8.666/93 - Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo”
(Grifo nosso)

“LEI 10.520/02 - Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;”

Em um procedimento licitatório, quanto mais propostas apresentadas, maiores são as chances da administração selecionar o objeto de melhor qualidade pelo menor preço. Se assim não fosse, não haveria razão de tal procedimento, o qual, dada a importância, é regido por lei específica!

Vale salientar ainda, os ensinamentos da Professora Flávia Daniel Vianna, Licitações e Contrato Administrativos – Do Básico ao Avançado – pág. 19 e 20:

“O Princípio da Isonomia ou Igualdade consiste na ideia de que todos devem receber tratamento paritário, em situações uniformes, não sendo admitidos privilégios ou discriminações arbitrárias.”

Além dos preceitos trazidos pelo Professor, Mestre e Doutor em Direito, o Sr. Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contrato Administrativos – 12ª Edição - pág. 67:

“A discriminação não é repelida, uma vez que para que a Administração possa escolher o contratante e a proposta, há necessidade de diferenciação entre os contratantes. O que se proíbe é a discriminação arbitrária, ou seja, sem a justificativa, produzida por preferências subjetivas do administrador.”
(Grifo nosso)

Cabe lembrar, mais uma vez, que a licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do Contratante e promover uma competição justa entre todos os concorrentes, primando, acima de tudo, pela supremacia do interesse público.

Ora, se outras grandes empresas estão aptas ao fornecimento, **não há alternativa senão abrir tais descrições a TODOS os interessados.**

IV – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com a finalidade de alterar o edital quanto ao item impugnado, e como consequência, seja republicado seus termos conforme princípios da Lei nº 8666/93, aumentado, assim, a participação e competitividade, findando na tão almejada economicidade da instituição pública.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Duque de Caxias, 28 de setembro de 2023



IBF – Indústria Brasileira de Filmes S/A
CNPJ: 33.255.787/0001-91
Vitor Roberto B. Ferraz
CPF: 128.127.827-80
Gerente de Licitações